

O PROTAGONISMO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE JUIZ DE FORA, MINAS GERAIS

Joselaine Cordeiro Pereira

Secretaria de Educação/Prefeitura de Juiz de Fora
Universidade Federal de Viçosa – joselaineep@hotmail.com

Resumo: Objetivamos apresentar algumas considerações sobre o protagonismo dos movimentos sociais na Educação Infantil, mais especificamente no município de Juiz de Fora, Minas Gerais. Trata-se de um artigo, fruto das conclusões presentes no texto dissertativo que mapeou as múltiplas dimensões da constituição da educação Infantil no referido município, no período entre 1970 e 1980. Fundamentado na pesquisa qualitativa de cunho exploratório, estruturou-se a partir de métodos e técnicas que demarcaram a base de dados documental pautada em documentos oficiais e periódicos locais de circulação diária, regional. Um percurso que revelou a variedade de agentes sociais que disputavam o atendimento à infância juiz-forana, a partir do embate entre a assistência e a educação. Os movimentos sociais apareceram como protagonistas neste campo, pois foram responsáveis por aglutinar e sintetizar os diferentes discursos, numa espécie de consenso em torno do direito à educação infantil. Ampliaram as discussões, bem como as demandas por espaços públicos, no que se refere ao lazer, práticas esportivas e acesso à cultura, contrapondo-as às ações profiláticas da assistência pública. Além disso, estabeleceram interlocução direta com o poder público local, firmando parcerias em torno da implementação dos programas oficiais e a busca da resolução de conflitos gerados pela burocratização e centralização das decisões. Foram responsáveis, também, por inaugurar práticas comunitárias, por meio da criação de creches em alguns bairros da cidade.

Palavras-chave: História da Educação, Educação Infantil, Movimentos sociais, protagonismo.

Introdução

Educação Infantil e movimentos sociais são temas capciosos no debate educacional brasileiro porque sua relação foi, durante muito tempo, marginalizada nas produções acadêmicas, resguardando-os enquanto domínios epistemológicos distintos. Todavia, na realização da pesquisa intitulada *Educação Infantil em Juiz de Fora: múltiplas dimensões de um campo social* (PEREIRA, 2008)¹ ambos foram considerados produtos complementares, relativamente recentes nas práticas sociais que se edificaram a partir da década de 1970, contribuindo, substancialmente, para constituição da Educação Infantil enquanto campo social.

As lutas dos movimentos sociais em prol da Educação Infantil no Brasil gerou forte discussão política, ante a coalização de lideranças, publicização dos problemas sociais, organização e orientação das comunidades carentes, organização das demandas, formação dos próprios militantes, bem como a pressão pela latente expansão e qualidade do atendimento. Eram muitos os movimentos sociais que, embora, na sua multiplicidade de ações e argumentos, adensaram o

¹ No texto dissertativo, apresentamos uma análise mais abrangente acerca da constituição do campo da Educação Infantil em Juiz de Fora, a partir mapeamento dos diferentes agentes sociais que disputavam as o atendimento à infância, dentre os quais agrupamos: a) poder público, em suas três esferas, municipal, estadual e federal; b) entidades assistenciais ligadas, em sua maioria, às confissões religiosas; c) movimentos sociais; d) organismos internacionais; e, f) instituições privadas.

premente cenário da Constituinte, na década de 1980, como foi o caso dos do Movimento Feminista, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, o Movimento de Alfabetização Brasileiro, Movimento de Lutas por Creches, as Sociedades Pró-Melhoramentos de Bairro e outros.

A nova forma de constituir o debate político sobre a infância no meio social, as políticas públicas geradas em resposta às pressões reivindicatórias e, sobretudo, a presença de desse novo agente social na política, tornaram-se temas das produções acadêmicas, a partir da década de 1980 (GOHN, 1985; CAMPOS, 1991; e VEIGA, 2005). Além disso, incidiu numa tendência que pôde ser expressa pela importância dada aos direitos e condições de vida da criança, reiterada, sobretudo, na forma da própria legislação como a Constituição Federal em 1988², o Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 – lei nº 8.069, por exemplo; sem deixar de citar os Planos Estaduais e Municipais de Educação que contemplavam a proteção da criança³. Estes ordenamentos são a materialização das lutas empreendidas em todo o Brasil, tendo, nos movimentos sociais, um dos principais agentes sociais protagonistas.

É a partir desses pressupostos que apresentamos, a seguir, as análises acerca da constituição do campo da Educação Infantil no município de Juiz de Fora, Minas Gerais, dando especial destaque aos movimentos sociais que encamparam a luta pelas questões relativas à infância, sobretudo, no que tange às demandas por creches e pré-escolas. Trazemos a discussão sobre o protagonismo dos movimentos sociais, fundamentada em quatro dimensões específicas: resistência, reivindicação, pedagógica e experiência, de tal forma que apontamos o relevante papel que tiveram na consolidação de uma nova cultura política para a educação infantil: o direito.

Metodologia

A perspectiva qualitativo-exploratória desta pesquisa dialogou com a noção de *campo social* de Pierre Bourdieu (1983), bem como com a abordagem historiográfica da Educação Infantil no Brasil apresentadas por Livia Maria Fraga Vieira (2002), Maria Malta Campos (1991, 1993), Moysés Kuhlmann Jr. (1998, 2005), Sônia Kramer (1984) e Márcia Veiga (2005).

Os métodos e as técnicas que demarcaram a base de dados documental se fundamentaram tanto nos documentos oficiais, quanto nos periódicos locais de circulação diária, regional como:

² Tratou-se da primeira legislação que apresenta a criança como um sujeito de direito.

³ Imprescindível apontar que estes ordenamentos influenciaram o rol de legislações para Educação, tendo a criança o centro das políticas. Silva (2002) reitera esta assertiva, ditando, à exemplo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996 – lei nº 9.394 que define a Educação Infantil como etapa primeira da Educação Básica; o documento Política Nacional de Educação Infantil, editado pelo Ministério da Educação e Cultura, em 1993; as Diretrizes e o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, em 1998, e o Plano Nacional de Educação.

Diário Mercantil (1978 a 1983), Tribuna de Minas (1984 ao primeiro semestre de 1986) e Tribuna da Tarde (1986 a 1988) e os 41 boletins do movimento social Unibairros (1980 a 1989).

A possibilidade de aproximação empírica singular dos acontecimentos locais, enleados por processos e agentes sociais não captados pelos estudos macro históricos, justificou este percurso metodológico. A partir dele foi possível a compreensão dos meandros da constituição do campo, gerado pelo embate entre a assistência e a educação.

Movimentos sociais e Educação Infantil em Juiz de Fora

Em Juiz de Fora, os movimentos sociais tiveram suas raízes históricas a partir da década de 1940, quando da criação das Sociedades Pró-Melhoramentos de Bairros – SPMs. Essas primeiras associações, na fase embrionária, surgiram com caráter tradicional, organizando e apresentando demandas quanto a falta de estrutura básica como transporte coletivo, energia elétrica, telefone, esgoto e água; problemas da crescente urbanização que se fizeram de pauta dos incipientes movimentos populares.

Com o refluxo dos movimentos sociais ocorrido em todo o país, sobretudo a partir da instauração do Regime Militar, em 1964, a cidade de Juiz de Fora assistiu às repressões de suas lideranças, imputando o caráter mais assistencial e recreativo aos movimentos comunitários (TEIXEIRA, 2004). Durante o período de ditadura, o quadro tradicionalista das SPMs se alterou devido ao engajamento junto às Comunidades Eclesiais de Base – CEBs⁴.

A partir da década de 1980, influenciados pela emergência dos novos movimentos sociais, as SPMs se reconfiguraram, tornando-se mais sólidas em termos de organização, interlocução e expressão política no município. Enleados pela matriz democrática participativa, na qual ensejavam e eram “*conclamados*” à participação nos processos políticos, tinham interesses diversos, dentre os quais se destacavam a constituição de espaços públicos e gratuitos para o atendimento infantil.

Na pesquisa de Teixeira (2004) é possível identificar não só as conquistas apontadas pelas lideranças, mas, inclusive, a história e as perspectivas que descreviam o campo de disputa no qual se encontravam as diferentes ações das SPMs. Cabe destaque à luta por educação infantil, atrelada aos demais equipamentos coletivos demandados. Em alguns casos, o engajamento para a implantação de creches serviu de mote para ampliar e consolidar laços de associativismos, dando origem às novas SPMs.

⁴ Op. Cit. ³⁵

Tentando apresentar um breve panorama dos achados da pesquisa, mapeamos, na Tabela 1, os movimentos sociais de base popular que atuaram em prol da infância juiz-forana⁵, dentre os quais assumiram, reveladamente, o embate junto ao poder público, o empresariado local, as obras assistenciais e demais agentes, fortalecendo os processo de cidadania e de direito no seio da sociedade juiz-forana.

Tabela 1 – Mapeamentos dos movimentos sociais: seus objetivos e papéis

Movimentos Sociais	OBJETIVOS	PAPÉIS
Movimento Unibairros Centro de Defesa dos Direitos Humanos Centro da Mulher Mineira Associação da Mulher Juiz-forana Associação de Faxineiras e Lavadeiras Sociedade Pró-Melhoramentos	<ul style="list-style-type: none"> • Legitimar o direito ao atendimento em instituições públicas e gratuitas; • Influenciar na formulação legal e no controle do campo; • Articular interesses políticos; • Constituir espaços comunitários de gestão comunitária. 	<ul style="list-style-type: none"> • Articulação política entre os pares, a comunidade e poder público; • Organização das necessidades transformando-as em demandas reivindicativas; • Interlocução com o Estado para encaminhamento de demandas, pressão e decisão social; • Publicização das mazelas sociais, sobretudo da infância; • Constituição de experiências próprias de atendimento infantil: creches comunitárias.

Mesmo que, inicialmente, a criança tenha permanecido secundarizada neste embate, posteriormente, a partir da Constituinte, dentre os vários argumentos que engrossaram os debates em prol da Educação Infantil, a mesma passou a ser considerada sujeito de direito. Momento no qual a assistência pública comunitária começava a se delinear no Brasil, assegurando, em tese, a autonomia de organização da sociedade civil. As creches comunitárias, que tanto foram incentivadas e subsidiadas pelo poder público, são exemplos desta forma de assistência⁶.

O protagonismo dos Movimentos Sociais na Educação Infantil

Sem desconsiderar os diversos agentes sociais, seus papéis e importância na constituição do campo da Educação Infantil, no município de Juiz de Fora, aos movimentos sociais imprimimos

⁵ Esta subseção foi apresentada no capítulo intitulado: *Atendimento à Infância Juiz-Forana: mudanças entre a assistência e a educação*. (PEREIRA, 2011, p. 129-43). Reapresentamos de forma sintética neste livro, por entendermos ser a identificação dos movimentos sociais, o âmago das discussões que geraram as análises sobre o protagonismo aqui intencionadas.

⁶ Cf. Pereira (2011, p. 48 – 54).

fundamental protagonismo. Isso porque partimos do pressuposto de que, sendo um agente detentor de projeto sociopolítico específico, neste caso, a luta pelo direito ao acesso e qualidade do atendimento em creches e pré-escolar, nas décadas de 1970 e 1980, fizeram emergir uma nova cultura política sobre a infância e à Educação a ela oferecida.

Esse protagonismo pode ser inscrito em quatro importantes dimensões: a de resistência; a de reivindicação; a pedagógica; e da experiência – as três primeiras elaboradas nas análises de Gohn (2003 e 2005). Todas análogas ao processo de desenvolvimento e consolidação do campo da Educação Infantil, seja nos seus avanços, enquanto direito, ou em seus ranços, delimitados pelos pressupostos do assistencialismo científico. São dimensões que deram a tônica à constituição daquele campo.

a) A dimensão da resistência

Sem a pretensa de debater os elementos condicionantes da relação entre a sociedade civil organizada e o Estado, constituída durante o Regime Militar, cumpre-nos dizer que tal dimensão enrijeceu a atuação dos movimentos sociais pelo fato de serem tolhidos em sua essência: o associativismo em prol de melhor qualidade de vida e maior participação da sociedade nas decisões das políticas. Mas esta, permeava as formas de organização e articulações dos movimentos, ainda que em refluxo.

Por expressão do processo social, o “*povo organizado*” era uma nova categoria empírica que visava desenvolver as comunidades, para isso faziam oposição ao Estado, tendo em vista suas políticas espúrias, a favor do capital. A Educação Infantil, neste ínterim era desenvolvida por iniciativas privada, obras assistenciais e projetos do governo Federal, como o Mobral e Casulo. Entrar na pauta dos movimentos sociais daquele período significou colocar à mostra a existência de políticas que não condiziam com a realidade das comunidades, tanto no que diz respeito à oferta, quando das condições de oferecimento.

A resistência residia, pois em dismantelar um discurso de bem-estar e colocar-se na frente do problema, apresentando as demandas, integrando iniciativas próprias e mesmo, encampando denúncias acerca da qualidade dos serviços prestados.

b) a dimensão de reivindicação

Por consequência, a dimensão da reivindicação se constituiu na agenda dos movimentos sociais, ainda que de forma tutelada e restrita. Numa prática incipiente, onde reivindicar

equipamentos e bens de consumo coletivo significava esboçar o levantamento das mazelas, organizá-las e criar pauta de reivindicação e estratégias para fazê-la chegar até o poder público. Assim, as práticas que já eram estimuladas pelo governo, por meio dos programas de desenvolvimento das Comunidades⁷, na verdade alimentaram esta participação dos movimentos sociais, camuflada por uma relativa abertura das relações entre o Estado e movimento social.

O Programa Especial de Promoção do Pré-Escolar – PEPPE – nos aparece como bom exemplo de resposta às reivindicações por Educação Infantil. O programa, muito embora subvencionado pela Legião Brasileira de Assistência, desde 1975 constituiu cinco núcleos, contando com equipe multidisciplinar que oferecia desde o atendimento escolar, atenção à saúde e também recreação⁸, mobilizando

(...) profissionais da Universidade Federal de Juiz de Fora, Centro de Ensino Superior, Arquidiocese, Obras Sociais, lideranças de bairro e as próprias comunidades, cuja contrapartida (...) era a busca pelo local onde funcionaria o PEPPE (...) (Lemos, apud PEREIRA, 2011, p. 114)

A ampliação dos programas educacionais e dos convênios era pauta recorrente⁹, sobretudo por meio das SPMs e vinham atreladas às condições de precariedade e carência em que se encontravam as comunidades periféricas, bem como às demandas das mulheres trabalhadoras¹⁰.

No final da década de 1970, sob a responsabilidade da Secretaria de Educação, o PEPPE foi atrelado ao Programa Cidade Porte Médio, financiado a fundos perdidos pelo Banco Interamericano de Reestruturação e Desenvolvimento – CPM-BIRD¹¹. Isso deu fôlego às reivindicações, pois, dentre outras grandes obras de infraestrutura, implantaria unidades de pré-escolas, nas comunidades em que as SPMs estivessem constituídas e cumprissem algumas obrigações. Diga-se de passagem, uma verdadeira barganha entre movimento social, comunidades e Estado; relação tal, onde as reivindicações por Educação Infantil ganharam visibilidade, na mesma medida em que os movimentos sociais de bairros passaram a ter sua importância junto à PJJ.

Vemos que a reivindicação por Educação Infantil, pela primeira vez, passou a ser respondida com uma política pública educacional específica, ante a criação da rede de Escolas

⁷ CURA (1980), PRODECOM (1979), COM-BIRD (1979). Cf. Pereira (2011, p. 187).

⁸ EDUCAÇÃO desconhece verba. *Diário Mercantil*. 23 de ago. 1978 p.4.

⁹ PROGRAMA Pré-escolar tem ênfase na cidade. *Diário Mercantil*. 25 de jun. 1978, p.6.

¹⁰ SAÚDE inicia tratamento do pré-escolar. *Diário Mercantil*. 20 de ago. 1978.p.4; SEBES: em busca de novos caminhos para a promoção do Bem Estar Social. *Diário Mercantil*. 16 de abril. 1982, p.6.

¹¹ JUIZ DE FORA, *Processo do Convênio* nº 3.968 de 1978.

Municipais de Educação Infantil – EMEIs¹², constituindo-se, desde sua origem, sob a égide da Secretaria Municipal de Educação.

A partir da década de 1980, a dimensão reivindicatória não foi reinventada, ela se agregou e se formalizou junto a certo tecnicismo do poder público, por meio dos Grupos de Solidariedades¹³ gerados a partir das experiências dos mutirões. À primeira vista, poderiam ser considerados movimentos sociais da educação não formal (GOHN, 2005) imbuídos de repertório temático, sob o qual deveriam agregar simpatizantes, mapear as demandas e, sobretudo, apresentar propostas à resolução das mazelas sociais. Podemos dizer que isso reverberou como a legitimação da ação reivindicatória dos movimentos sociais, dando relevância política à forma de constituir a reivindicação.

Do Grupo Solidariedade Pró-creche à constituição da Associação Municipal de Apoio Comunitário – AMAC: associação civil, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado – assistimos à constituição da rede creches públicas no município, onde o atendimento se dava a partir: da valorização da participação comunitária; da existência de SPM ou outros movimentos sociais que abraçasse a gestão das creches na comunidade; do aproveitamento da rede física existente; da seleção e formação de pessoal (COSTA, 2006). Em cinco anos foram construídas 14 creches comunitárias; uma rede de comunitária que também realizavam ações pedagógicas e de recreação com as crianças do pré-escolar, de forma a complementar a formação, bem como cursos profissionalizantes para mães (PEREIRA, 2011).

A Educação Infantil, neste processo, passa ter status de direito e, como tal, não requer apenas a apresentação da necessidade coletiva. Imperativo foi torná-la reconhecida por aqueles que conformavam uma visão de criança, de mulher, de família e mesmo de educação, na sociedade juiz-forana, secundarizada nas políticas públicas. Sob a tônica política, a Educação Infantil passou a ser mais que equipamento público; constituiu-se como vetor de desenvolvimento social e de nova sociabilidade política.

c) dimensão pedagógica

A dimensão pedagógica se estabeleceu a partir da própria gênese dos vários movimentos sociais, bem como no desenvolvimento dos saberes gerados pela prática da ação coletiva (GOHN,

¹² MINAS GERAIS, *Convênio* nº 1.358 de 1982.

¹³ Segundo Delgado (1988) inicialmente constituíram-se os grupos Pro-creche, Pro-escolas, Pro-alimentação e Pro-habituação popular. Posteriormente, criaram o Pro-idoso, Pro-energia e o Pro-criança maior de 14 anos.

2010). Numa afirmação de síntese, podemos dizer que são as aprendizagens construídas quando os movimentos sociais:

- i) aglutinaram e sintetizaram os diferentes discursos, numa espécie de consenso em torno da questão do atendimento à infância – o direito social;
- ii) ampliaram as discussões, bem como as demandas por espaços públicos referentes às necessidades da criança no que se refere ao lazer e acesso à cultura;
- iii) estabeleciam interlocução com o poder público para ampliação dos programas;
- iv) desenvolveram parcerias com os demais agentes sociais, em torno de ações concretas para a melhoria da qualidade de vida das comunidades;
- v) interviram nas comunidades, inaugurando propostas para solução das mazelas de forma solidária e comunitária, como foi o caso dos mutirões de serviços e a criação de creches em alguns bairros da cidade.

Neste processo, a capacidade dos movimentos sociais atingiu, potencialmente, os patamares de aprendizados ligados à ação política e cidadã quanto: as formas de participação, os vínculos de identidade, o reconhecimento subjetivo e coletivo e a autonomia (GOHN, 2005). Ousamos categorizar esta dimensão pedagógica como sendo a criação de verdadeiras comunidades de aprendizagens, onde os sujeitos tornaram-se autores de seus saberes e fazeres em prol de uma melhor qualidade de vida, em prol da infância juiz-forana.

d) dimensão da experiência

A dimensão da experiência deve ser entendida pela perspectiva acima expressa; ao fazer político onde os movimentos sociais

(...) representam forças sociais organizadas, aglutinam as pessoas não como força-tarefa de ordem numérica, mas como campo de atividades e experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais (GOHN, 2010, p.336).

Todavia, nos interessa apontar a experiência de educação infantil instituída pelo próprio movimento social, como foram os casos das Creches Dentinho de Leite, Arco-Íris e Tia Glorinha. Gerir estas experiências foi o mesmo que validar a competência pelo atendimento da infância, fazendo valer a sensibilidade pedagógica vinda da própria comunidade; regra geral, das mulheres que abriam suas casas para a “*guarda*” dos filhos dos trabalhadores. A partir daquelas iniciativas, depreendemos a capacidade que tiveram de liderar e mobilizar pessoas para gerir um projeto de

Educação Infantil próprio, ainda que, sugestivamente, atrelado ao imperante modelo assistencialista caritativo; uma alternativa quase providencial às mães trabalhadoras.

A abertura das próprias casas, salões de igrejas ou de salas da SPMs – como foram os casos das escolas Dentinho de Leite, no bairro Nossa Senhora das Graças e Tia Glorinha, no bairro Jóquei Clube – fizeram com que algumas mulheres liderassem a iniciativa das creches comunitárias. Todavia, não podemos negar, representou uma ação explícita à ausência do Estado, há muito denunciada, no provimento da educação para o segmento etário de zero a quatro anos.

Nos casos supracitados, a ampliação paulatina do atendimento se deu em decorrência da adesão às práticas de conveniamento do poder público, bem como, por meio de campanhas e doações diversas (PEREIRA, 2011). Adequavam-se, desta forma, ao incipiente intento governamental de expansão a baixo custo, promovendo, inclusive, a constituição de nichos de ação comunitária, sob a pretensa participação social.

A breve trajetória das creches comunitárias, instituídas na experiência dos movimentos sociais urbanos em Juiz de Fora, nos permite, dentre outros, tecer algumas conclusões. A primeira se refere aos marcadores de gênero que conformaram o papel feminino na educação da infância; relação cara às políticas de Educação Infantil. Destacamos, igualmente, a perene cisão entre o cuidado e a educação. Diferentemente das pré-escolas, as creches comunitárias, como iniciativa das próprias comunidades, resignaram a função social de proteção à criança pobre. A primeira foi vinculada, rapidamente, à Secretaria de Educação do município, com dotação orçamentária, seleção e capacitação de professores, visando superar as causas do fracasso escolar antes da educação compulsória, portanto, com intencionalidade pedagógica. A segunda, originou-se em locais adaptados, sustentando-se por meio de subsídios da própria comunidade ou alguns parques convênios, mantendo-se através da mão-de-obra voluntária, sem qualificação profissional; sem clara finalidade pedagógica, consagraram-se como local de acolhimento, guarda, suplemento alimentar e higiênico.

Parece-nos oportuno indicar que esta trajetória inicial das creches comunitárias, como experiências dos movimentos sociais juiz-foranos, perfilou com outras iniciativas que ocorridas em diferentes município brasileiros¹⁴. Impregnadas pela conjuntura do período, não só reiteram as

¹⁴ O modelo de creche comunitária foi inspirado nas experiências do Sul do país, conforme documento que assinala o convênio entre a Legião Brasileira de Assistência e a Prefeitura de Juiz de Fora (JUIZ DE FORA, 1983, s.n.p apud PEREIRA, 2011, p. 95).



ações de participação social que se alastravam pelo país, como também conformavam a “*assistência científica*”¹⁵.

À medida que suas ações foram se consolidando, as interações com os demais agentes sociais firmaram não só a ampliação do atendimento, mas a qualidade deste. Ações como, adequação do espaço, criação de playground, contratação de profissionais vinculados à AMAC, participação em cursos de capacitação, a própria gestão das unidades, dentre outros, foram estratégias de uma incipiente pedagogia da infância que começava a se delinear no município.

Decorre pois, a segunda conclusão que tecemos a partir destas experiências de creches comunitárias: os marcadores da identidade cidadã e política da mulher, aparentemente, forjados pelos pressupostos de sua participação na sociedade. Seria muito simplista considerarmos que as creches comunitárias foram espaço de cooptação, vinculados à participação da mulher na sociedade em face à redemocratização. Isso implicaria na vulgarização da dimensão pedagógica expressa acima. Sem desconsiderarmos as influências dos Movimentos Feministas, crescentes no período, bem como as pesquisas que relacionaram o papel que desempenharam na luta pela Educação, recorreremos à Miranda, Filgueiras e Cóser (1987) quando afirmaram que o alargamento do espaço da mulher na sociedade se deu no momento em que ela passou a ser atora central na luta pela cidadania mais plena.

Considerações finais

A Educação Infantil pode ser encarada, como um eixo integrador e identitário sobre o qual os movimentos sociais encamparam suas ações, voltando-se para o logro do bem comum, nesse caso, para as famílias pobres, para as mulheres trabalhadoras, para as crianças e, por consequência, para a comunidade. Uma vez pleiteada a creche ou pré-escola, significava a reestruturação do espaço geográfico, atrelado às obras de infraestrutura. Além disso, nestes prédios ou casas que concentravam inúmeros programas de atenção à infância, advindos da assistência, da saúde e educação.

Não significa conferirmos autonomia aos movimentos sociais, imputando-lhes o poder de transformação social; isso seria negar a abordagem teórico-metodológica assumida no desenvolvimento da pesquisa. Trata-se de considerarmos que nos processos de coalizões, conflitos e alianças, os movimentos sociais estabeleceram repertório diferenciado e legitimado, coletivamente.

¹⁵ Expressão formulada no início do século XX, em consonância com as propostas das instituições de educação popular difundidas nos congressos e nas exposições internacionais, onde já se previa que o atendimento à pobreza não deveria ser feito com grandes investimentos (KUHLMANN, 1998).



Este sentido potencial dado aos movimentos sociais partiu de Bourdieu quando afirma que o “(...) *movimento social pode se definir como um conjunto de ações, de condutas que questionem parcial ou globalmente uma ordem social, procurando transformá-la*” (Bourdieu apud BONNEWITZ, 2003, p. 143).

Desta forma, ao percorrermos a história da constituição do campo da Educação Infantil no Brasil e, mais detidamente no município de Juiz de Fora, concluímos que ela não se apresentou, apenas, com episódios reivindicatórios temático, organizados pelos movimentos sociais, de forma isolada. Mediados pela conjuntura dos processos de redemocratização do país, fizeram-se protagonistas na construção de um novo projeto sócio-político, na experiência de cidadania, na construção de uma nova sociabilidade pautada no direito da criança, da mulher, da família.

Referências Bibliográficas

BONNEWITZ, Patrice. Como permanecer sociólogo? – Adotando uma postura crítica. In: _____. *Primeiras Lições sobre a sociologia de P. Bourdieu*. Trad. Luy Magalhães. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 27- 50, 2003.

BOURDIEU, P. Algumas propriedades do campo. In: _____. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, p. 89-94. 1983.

CAMPOS, M. M. Lutas Sociais e Educação. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, p. 56-64, n.79, nov. 1991.

CAMPOS, M. M.; ROSEMBERG, F.; FERREIRA, I. M. *Creches e pré-escolas no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1993.

COSTA, F. C. G. *Educação Infantil em Juiz de Fora/MG: o processo de transferência da administração das creches da assistência social para educação*. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais. Juiz de Fora 2006.

DELGADO, Tarcísio. *O Novo Caminho Novo: exemplo de administração democrática e eficiente*. Juiz de Fora: Esdeva, 1988

GOHN, M. G. História dos Movimentos Sociais e Lutas Sociais: a construção da cidadania dos brasileiros. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2003a.

GOHN, M. G. M. *A Força da Periferia: a luta das mulheres por creches em São Paulo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

GOHN, M. G. Paradigma teórico na análise da realidade brasileira: o sentido e o significado dos conceitos. In: _____. *O protagonismo da Sociedade Civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. São Paulo: Cortez, p. 17- 69, 2005.

GOHN, *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2010.

KRAMER, S. *A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce*. 2ª ed. RJ: Achiamé, p. 15-47, 1984.

KUHLMANN JR, M. A educação Infantil no século XX. In: STEPAHANOU, M (et. al.) *Histórias e Memórias da Educação no Brasil*. vol III. RJ: Vozes, p. 182 - 194, 2005.

KUHLMANN JR, M. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, p. 181-196, 1998.

LEMOS, V. L. M. Educação Infantil: políticas educacionais na rede municipal de Juiz de Fora, no período de 1975 a 1985. Juiz de Fora. Dissertação (Mestrado em Educação) Centro de Ensino Superior, 2004.

MIRANDA, G. V; FILGUEIRAS, C. A. C; CÓSER, S. M. L. Movimento de Mulheres. In: POMPERMAYER M. J. *Movimentos Sociais em Minas Gerais: emergência e perspectivas*. Belo Horizonte: UFMG, p. 169-203, 1987.

PEREIRA, J. C. *Educação Infantil no município de Juiz de Fora: múltiplas dimensões de um campo social*. Dissertação de mestrado. Departamento de Economia Doméstica, Universidade Federal de Juiz de Fora, Viçosa, 2008.

PEREIRA, J. C. *Educação Infantil no município de Juiz de Fora: múltiplas dimensões de um campo social*. Editar. Juiz de Fora, 2011.

SILVA, L. S. P. Movimentos Sociais na Construção de uma política de Educação Infantil. *Presença Pedagógica*. v.8, n.44, p. 39-43, mar/abr, 2002.

TEIXEIRA, B. B. *Puxando Pela Memória: uma história dos movimentos comunitários de Juiz de Fora contada por algumas de suas lideranças*. Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Assessoria de Articulação Institucional. Juiz de Fora: Prefeitura Municipal, 2004.

VEIGA, M. M. *Creches e Políticas Sociais*. SP: AnnaBlume; BH: FUMEC, 2005.

VIEIRA, L. M. F. Educação Infantil em Minas Gerais: o regime de colaboração e o desafio de políticas municipais. In: CARVALHO, Alysson. *Políticas Públicas*. Belo Horizonte: Editora da UFMG: PROEX, p. 87 – 126, 2002. (coleção Infância e Adolescência).